



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

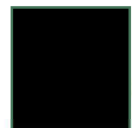
**UNIDADE:** Diretoria de Ensino de Taubaté

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Dados sobre servidores públicos. Atendimento incompleto da demanda. Provimento recursal.

**DECISÃO OGE/LAI nº 370/2018**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Diretoria de Ensino de Taubaté, número SIC em epígrafe, para informações sobre servidores, férias e afastamentos do exercício funcional, de 2013 a 2017.
2. Em resposta e em recurso, o ente indicou que os dados se encontram no Portal da Transparência. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, recorda-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o solicitante formulou seu pedido de acesso para obter informações sobre servidores (cargo, órgão de lotação e designação), férias e afastamentos funcionais, sendo que a Diretoria de Ensino atendeu apenas a parte dos questionamentos, nos termos do artigo 11 da Lei de Acesso à Informação, relativos ao nome, cargo e lotação dos servidores, deixando de se manifestar sobre o departamento em que se encontra, bem como sobre férias, afastamentos e outros.
5. De rigor, portanto, o provimento do recurso apresentado, na medida em que as informações fornecidas não atendem integralmente ao quanto solicitado, sem justificativa para a incompletude das informações, que, se existentes, devem ser fornecidas, conforme previsto no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

6. Diante do exposto, constatada a falta de atendimento completo da demanda até o presente momento, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 11, caput, e 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 20 de dezembro de 2018.



**MANUELLA RAMALHO**

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL